



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

**DISCURSO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
E MINISTRO DA DEFESA E DA SEGURANÇA  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
NO INSTITUTO DO RIO BRANCO**

**“PALESTRA PARA JOVENS DIPLOMATAS A RESPEITO  
DA FORMAÇÃO DO ESTADO TIMORENSE”**

**Brasília**

**2 de Março de 2011**

Excelências

Senhoras e Senhores,

Em primeiro lugar gostaria de sublinhar o grande prazer que tenho em poder estar novamente neste País maravilhoso que é o Brasil e, em particular, neste prestigioso Instituto do Rio Branco para partilhar com tão distinta audiência uma reflexão sobre a experiência timorense no seu processo de formação do Estado Timorense e conseqüentemente a sua transição do conflito para o desenvolvimento.

Gostaria ainda de saudar, em especial, os jovens estudantes diplomatas que se encontram aqui hoje presentes e com os quais tenho o maior prazer em trocar ideias e experiências sobre um tema que é tão caro a Timor-Leste como a formação do nosso jovem Estado.

Timor-Leste é, sem a menor dúvida, um dos melhores exemplos em como é importante o exercício da diplomacia. É através da diplomacia que muitos países se unem para debater e ultrapassar os problemas com que nos confrontamos nos dias de hoje, é através da diplomacia que se praticam importantes negociações que podem conduzir determinados países para a paz ou para a guerra.

No caso de Timor-Leste, a forte determinação e coragem do nosso Povo aliada à perseverante acção de jovens timorenses na frente diplomática, em vários corredores do mundo, levaram ao término de um longo período de guerra e à conquista da nossa Independência.

Não posso, por isso, deixar de mencionar o nosso Presidente da República e Prémio Nobel da Paz, Dr. José Ramos-Horta, um dos mais notáveis diplomatas timorenses que, juntamente com outros jovens timorenses, durante anos usaram do dom da palavra, em vez de armas, do poder da linguagem e educação, em vez de intimidação e perseguição, e do talento para debater ideias, em vez do confronto físico, para lutar pela causa timorense no mundo, o que em muito contribuiu para o reconhecimento internacional de Timor-Leste enquanto Nação livre e Independente.

Senhoras e senhores,

Como sabem, as páginas da nossa História desde que iniciámos a nossa luta pela auto-determinação e liberdade, é uma história sofrida de massacres e de luta mas, também, de

actos heróicos, de vitórias e sucessos alcançados pelo nosso Povo na conquista do seu direito à Independência.

Falar de Timor-Leste, e em jeito de retrospectiva, é falar de perseverança e esperança, determinação e coragem. É, também, e mais recentemente, falar de avanços e retrocessos, erros e lições aprendidas, conflitos e recuperação. É falar de desafios imensos!

É neste sentido que ao partilhar a nossa experiência de construção do Estado Timorense, faço-o de espírito aberto e sem tentar impor qualquer tipo de modelo ou lição política. Até porque, enquanto “LDC – Least Developed Country”, juntamos a nossa história à de outros países do mundo com um passado e/ou dificuldades comuns e sabemos que não somos os únicos nestes esforços de construção da Paz e do Estado, ainda no rescaldo de uma situação de conflito prolongado.

Não existem fórmulas de sucesso que possam ser transpostas de uns países para os outros para que a transição para o desenvolvimento seja mais célere, antes pelo contrário, é preciso respeitar as circunstâncias e os tempos próprios de cada País.

Cada programa, projecto ou decisão política, tem que ser adaptada ao contexto cultural e socioeconómico de cada sociedade. Tem ainda que ter a aceitação do seu Povo, correspondendo às necessidades e aspirações deste.

Ignorar estes factos é, muitas vezes, a causa do insucesso da ajuda internacional nos países menos desenvolvidos (LDCs) e em processo de transição, por mais que haja boa vontade e empenhamento por parte dos países doadores.

Senhoras e Senhores,

Permitam-me, então, começar por falar de nós mesmos, como um Povo. Falar do que éramos, do que somos e do que queremos ser.

Timor-Leste é metade de uma pequena ilha, partilhada com a Indonésia, e está portanto situado no meio de dois gigantes, a Indonésia e a Austrália.

Para além da sua diversidade étnica, cultural e linguística, Timor-Leste vivenciou séculos de administração por países estrangeiros e de coexistência conflituosa, a começar pela

dominação colonial portuguesa que provocou violentas lutas independentistas, promovidas pelos diferentes reinos timorenses.

Ainda não recuperados das consequências destas, assistimos à ocupação japonesa de 1941 a 1945, que, apesar de curta duração mas por ter sido em todo o território, causou grandes sofrimentos ao povo timorense tendo morto milhares de pessoas.

Mais tarde, já em 1963, em resultado do período da Guerra Fria, alguns pensaram, e provavelmente decidiram, que a integração de Timor-Leste na Indonésia era a melhor solução para a paz mundial.

E assim foi... No fatídico ano de 1975, começamos uma nova guerra. Mas esta guerra não teria durado 24 anos, se outros países não tivessem fornecido armas, tanques de guerra, aviões e treino a oficiais indonésios, para melhorarem a sua capacidade de combate, com o objectivo de aniquilar a resistência do pequeno exército de guerrilha timorense.

Fomos portanto também vítimas de uma nova conjuntura mundial que exigia uma nova ordem internacional, nomeadamente a queda dos regimes comunistas.

Vítimas destes acontecimentos de carácter global, ou apenas do nosso próprio destino, a verdade é que Timor-Leste, no seu passado de conflitos, lutou quase sempre contra estrangeiros e não contra timorenses.

E assim, tendo, durante mais de duas longas décadas, sofrido e lutado sozinho e sem nenhum apoio militar do exterior, o povo timorense ficou irremediavelmente marcado e desenvolveu um carácter de contestação que de pacífico se pode tornar facilmente violento, não pensando por vezes nas consequências dos seus actos.

A violência e a destruição física que se seguiu ao Referendo de 1999, pioraram ainda mais o já desgastado estado psicológico e político e as já miseráveis condições de vida das populações.

Contudo, o Povo de Timor-Leste soube, mais uma vez, demonstrar a sua grandeza de espírito, dizendo ao povo irmão indonésio que tudo não passou de um passado comum de luta pela liberdade, assumindo o compromisso de cooperação fraterna e solidária e iniciando, logo de seguida, um período árduo de construção do Estado.

Excelências

Senhoras e senhores,

Com a chegada da missão das Nações Unidas e conjuntamente com a comunidade internacional, começámos a edificar, a partir do zero, os alicerces das nossas Instituições democráticas, ou seja, a formar o nosso Estado.

Ao recebermos, em 20 de Maio de 2002, as rédeas do nosso destino, como Estado finalmente independente e soberano, as expectativas eram de que poderíamos, nós os timorenses, decidir sobre o futuro da Nação. E, naturalmente, acreditávamos que esse futuro, agora de liberdade, era promissor.

Aqui, mais uma vez, a diplomacia internacional agilizou processos e uniu a Comunidade Internacional em torno de Timor-Leste, enquanto parceiros empenhados neste ideal de construção da mais jovem Nação do mundo.

A ONU manteve-se no País desenvolvendo as suas actividades em prol da manutenção da paz, da cooperação económica, da capacitação institucional e da propagação de valores como a justiça e a protecção dos direitos humanos.

Apesar desta cooperação internacional na construção do Estado Timorense ser inestimável, não foi por si só suficiente. Ao mundo de oportunidades que tínhamos pela frente, tínhamos também, e ainda temos, alguns factores a ameaçar fortemente a concretização dos nossos objectivos. Nomeadamente:

- A escassez de capital humano preparado e qualificado;
- A inexperiência política de governação democrática, um sistema totalmente novo para a sociedade;
- A inexistência de infra-estruturas básicas e outros equipamentos essenciais;
- E, sobretudo, a evidente falta de recursos financeiros, do próprio País.

Mas, ainda assim, o povo timorense começou dignamente a luta por uma nova vida, a luta por melhores condições pelas quais sonhava. Surgiu assim uma sociedade exigente, tanto em termos de indivíduo como em termos de grupos sociais, na esperança de resultados imediatos que deveriam ter aparecido, tão simplesmente como corolário lógico da emancipação.

Mas, infelizmente, o triunfo da democracia não é fácil num País de maioria pobre e psicologicamente traumatizado.

Para uma família que, quer em tempo de guerra quer em tempo de paz, passa fome, vive em condições precárias e não tem acesso à saúde ou à educação: a democracia é um conceito demasiado erudito e abstracto para ser interiorizado. Conceitos como a tolerância, o respeito mútuo, o diálogo e até mesmo a justiça, são conceitos que não se assimilam de um dia para outro, como consequência directa dos direitos e deveres inerentes à liberdade.

Há que percorrer um caminho longo e árduo para transformar a mentalidade da nossa sociedade e para transformar aquilo que são os chamados valores democráticos em realidades sentidas por todos.

Por tudo isto é que 8 anos de Independência não chegam para construir um Estado forte e muito menos uma sociedade desenvolvida. Sendo natural que a nossa jovem e frágil Nação tenha, durante este período, assistido ao ressurgimento de alguns conflitos.

Assim e imediatamente a seguir à euforia das celebrações de 20 de Maio de 2002, aconteceu o primeiro distúrbio social, que se foi repetindo em cada dois anos, parecendo que Timor-Leste estava condenado a um ciclo vicioso de violência.

Em 2006 tivemos uma grave crise política que desencadeou um clima de insegurança no País e uma série de outros problemas que acabaram por levar a confrontos entre as forças policiais e as forças militares, resultando em centenas de milhares de pessoas internamente deslocadas e incomensuráveis danos ao Estado.

Na sequência destas crises, retirámos a nossa primeira grande lição: tínhamos que aprender urgentemente a lidar com a fragilidade do nosso Estado que residia na incapacidade de ir às causas reais dos problemas, provocando uma tendência para contornar os problemas em vez de procurar soluções abrangentes.

E tínhamos que crescer politicamente, ou seja, impor uma vontade política nas instituições do Estado para cooperarem entre si na busca das soluções, ao contrário de politizar as situações, que retiram o discernimento necessário para enfrentar e solucionar as crises.

Excelências

Senhoras e senhores

Jovens estudantes,

Hoje, liderando um Governo de Coligação de cinco partidos que, ao tomar posse em Agosto de 2007, comprometeu-se a dar um sentido de mudança ao País, conseguimos progressos notáveis através de um princípio tão simples como fundamental: governar em diálogo!

Foi assim que concentrámos os nossos esforços no estabelecimento da paz e da estabilidade, resolvendo os problemas mais críticos do País, sabendo que sem garantir o problema da estabilidade e segurança interna qualquer esforço de desenvolvimento seria em vão.

Foi através do diálogo permanente e da genuína cooperação entre todos os Órgãos de Soberania e Sociedade Civil, conjugado com a implementação de medidas de justiça social e de fortes reformas e investimento público que conseguimos sair do ciclo vicioso de conflitos.

No fundo reorganizámo-nos e, de forma mais coordenada, procurámos o modelo certo para Timor-Leste, conseguindo:

- Resolver em dois anos o problema dos 150 mil deslocados internos, ao contrário das décadas necessárias estimadas de acordo com as experiências de outros países.
- Reformar Instituições fundamentais para a segurança e estabilidade nacional, refiro-me à nossa Polícia e Forças Armadas, que iniciaram uma nova etapa de cooperação e solidariedade entre ambas, recuperando assim a confiança das populações nestas Instituições.
- Iniciar um programa arrojado de reconhecimento dos nossos heróis nacionais, Combatentes da Libertação da Pátria, que estavam até à data a viver em condições de extrema pobreza.
- Iniciar ainda outras medidas de justiça social, nomeadamente o pagamento de pensões para idosos, inválidos, viúvas e órfãos que se sacrificaram pela conquista da nossa Independência, e apoiar outros grupos vulneráveis como as mulheres, crianças e jovens que contribuem fortemente para a estabilidade e desenvolvimento de um País.

A partir destas iniciativas com impacto directo na vida das populações, sentimos uma maior participação e confiança de todo o Povo timorense, na resolução dos conflitos e na consolidação da Unidade e da Estabilidade Nacional. Esta tomada de consciência mereceu que em 2009, no 10º Aniversário do Referendo, acolhêssemos um novo mote para a nossa Nação: **“Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento”**.

Excelências

Senhoras e Senhores,

Para esta nova década de 2011 a 2020, estamos optimistas que vamos iniciar uma nova fase de formação do nosso Estado de desenvolvimento nacional arrojado.

Na sequência da estabilidade política e social alcançada, ou seja, sem os focos de instabilidade e conflito a consumirem as energias que são necessárias para construir o País, não estamos a desperdiçar tempo, recursos humanos e meios financeiros necessários para investir nos sectores produtivos do País. Estamos, antes pelo contrário, a implementar reformas institucionais e estruturais fundamentais ao desenvolvimento e ao crescimento económico.

Assim, iniciámos a reforma do sector da defesa e da segurança, garantido a profissionalização, competência, ética e formação das nossas Forças. Profissionalizámos o sector público e introduzimos a reforma da gestão do Estado, permitindo uma melhor prestação de serviços às populações, incluindo as zonas rurais.

Por outro lado temos vindo a tentar promover a transparência e a boa governação, nomeadamente através da criação da Comissão da Função Pública, da Comissão Anti-Corrupção e da reforma da Gestão das Finanças Públicas, que em breve permitirá ter dados disponíveis sobre as despesas do Estado, em tempo real, passíveis de consulta pública pelo Povo, através de um portal electrónico.

Iniciámos também a capacitação do nosso sector privado, que era praticamente inexistente, promovendo os critérios da competência, honestidade profissional, e capacidade técnica na sua relação com o valor dos projectos. Acreditamos que o sector privado deve-se constituir como verdadeiro parceiro do Governo neste período crucial de construção do País.

Associado à estabilidade nacional e à reforma do sistema tributário da Nação, com taxas

muito atractivas aos investidores nacionais e estrangeiros, temos ainda todo um potencial de investimento que o nosso País oferece em praticamente todos os sectores. As oportunidades de negócio estão a crescer e efectivamente vemos o comércio, a indústria, a construção civil e o turismo a arrancar e a nossa economia a emergir.

Actualmente a situação em Timor-Leste fala por si. Mesmo perante a grave crise financeira global, Timor-Leste conseguiu, nestes últimos três anos, médias de crescimento económico de dois dígitos. Em 2009 tivemos um crescimento económico de 13% - este foi não só o crescimento mais elevado da região, como também um dos dez mais elevados em todo o mundo.

Este crescimento resultou numa redução de 9% na pobreza, possibilitando que cerca de 96.000 pessoas saíssem de uma situação de pobreza extrema. O Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas em 2010 registou uma subida de 14 posições por parte de Timor-Leste, enquanto os Indicadores de Desenvolvimento do Milénio foram atingidos no que diz respeito às taxas de mortalidade infantil e outros indicadores de saúde.

Conseguimos criar uma dinâmica de crescimento progressivo, capaz de combater o desemprego não só na capital do País como também no interior, através de mecanismos descentralizados de operatividade do sector privado e de criação de emprego local.

E continuamos, claro, a ser depositários da confiança dos países amigos que muito têm contribuído para este processo de mudança e transição como é o caso do Brasil.

A cooperação brasileira tem sido fundamental para o desenvolvimento de áreas cruciais como a educação, a saúde e a justiça no nosso País. Não deixaremos nunca de estar gratos pela forma solidária com que os nossos irmãos brasileiros cooperantes têm ido para Timor-Leste, conquistando a amizade do nosso Povo e contribuindo para a construção do nosso País desde o primeiríssimo momento!

Excelências

Senhoras e senhores,

Temos um País abençoado com grandes riquezas naturais e temos aproximadamente 7.2 biliões de dólares no nosso Fundo Petrolífero. É expectável que este montante aumente para

mais de 20 biliões nos próximos dez anos. E estas receitas são provenientes da exploração de apenas um campo, o Bayu Undan!

Habitados a desafios gigantescos durante a nossa prolongada Luta de Libertação, o povo de Timor-Leste está determinado a alcançar um crescimento sustentável e libertar o Povo da miséria.

Assim e depois de um levantamento profundo das necessidades, estamos a preparar o **Plano Estratégico de Desenvolvimento** que incluirá um programa de investimento público prolongado para desenvolver o nosso capital humano e as infra-estruturas necessárias e para alavancar uma economia forte e crescente.

Queremos, à semelhança do Brasil, com quem temos imenso a aprender, crescer e emergir. O Brasil com o seu alto nível de industrialização e com uma economia diversificada tem vindo a tornar-se uma potência económica em franco desenvolvimento o que constitui para Timor-Leste uma referência a seguir.

Também Timor-Leste quer ser, num futuro de 20 anos, um país virado para a indústria dos hidrocarbonetos. Um país com uma expansão urbana, bem distribuída pelo território, e com uma urbanização rural, para permitir que as populações vivam em comunidades, onde chegue a prestação de serviços básicos.

Para isso, temos que em primeiro lugar acelerar a extensão, a diversificação e a modernização da agricultura e depois apostar num novo paradigma de produção e oportunidades de emprego produtivo através do incremento da indústria e do turismo, da prestação dos serviços sociais e do desenvolvimento do capital humano.

Se as necessidades do país recomendam um crescimento económico rápido e sustentável, necessitamos de investir nas infra-estruturas básicas para diversificar a economia. Não podemos, não queremos, ser exclusivamente dependentes das receitas do petróleo investidos num Fundo petrolífero.

Senhoras e senhores,

Ainda antes de terminar, gostaria de referir que Timor-Leste é, por assim dizer, afortunado em fazer parte de uma região do mundo onde está actualmente o motor de arranque da economia a nível mundial.

Como sabem, os nossos vizinhos mais próximos, a Austrália e a Indonésia, são ambos grandes potências económicas regionais. Enquanto a Austrália está a crescer, sobretudo impulsionada pela China e a sua necessidade de recursos, a Indonésia está a tornar-se uma notável história de sucesso.

Estamos também a colocar-nos a nós próprios, e devidamente, na nossa região, o que inclui o Japão, a China e a Coreia do Sul, assim como outras grandes economias da ASEAN, como Singapura, Tailândia, Malásia, Filipinas e Vietname.

Neste momento, estamos em processo de formalização da adesão à ASEAN, durante a presidência indonésia deste fórum regional. Acredito que a adesão durante este mandato revestir-se-á de grande simbolismo e significado não só para Timor-Leste e para a Indonésia, como para todos os membros desta associação regional.

Temos ainda a grande vantagem e orgulho de pertencer à CPLP com quem partilhamos laços históricos, culturais, linguísticos e de profunda amizade, o que para além de nos colocar na agenda europeia, fruto dos laços privilegiados desta Comunidade com Portugal, oferece-nos também oportunidades de cooperação e desenvolvimento únicas no mundo.

Timor-Leste tem ainda a honra de ter sido convidado a presidir o grupo "g7+", que permite que países frágeis e afectados por conflitos se juntem e falem a uma voz comum, fazendo uso da sabedoria e experiência combinada de um grupo que representa 350 milhões de pessoas, provenientes de 17 países membros da África, Ásia, Caraíbas e Pacífico.

Este convite surgiu na sequência do acolhimento, em Díli, em Abril de 2010, do Diálogo Internacional com o tema 'Construção da Paz e Construção do Estado', ao qual co-presidimos juntamente com o Reino Unido, e que conta com a participação dos LDCs do "g7+", permitindo acordar os governantes e os povos a readquirirem a apropriação dos seus processos, focando também para a necessidade de um melhor controlo das ajudas exteriores, exigindo-se uma maior transparência tanto dos doadores como dos beneficiários, para que se vejam os reais impactos, desses apoios, no desenvolvimento dos países.

Enquanto Nação, recebemos a generosa assistência da comunidade internacional; esperamos, agora, vir a ser capazes de retribuir, de forma genuína e com o mesmo espírito de solidariedade, esse valioso apoio, pela partilha de experiências, boas e amargas, com outros países também frágeis, espalhados pelo mundo.

Senhoras e senhores,

Finalmente, e para terminar, não posso deixar de mencionar que um dos aspectos fundamentais que permitiram o nosso País avançar, afastando-se, espero que definitivamente, do conflito, foi o facto de a nossa liderança e do nosso Povo aceitar de forma consensual que há uma necessidade profunda na nossa sociedade de praticar o Perdão e a Reconciliação.

Perante a complexidade da nossa história não existe forma mais justa para progredir, enquanto Nação, do que cultivar o perdão e a harmonia social na nossa sociedade.

Enquanto Primeiro-Ministro da jovem Nação Timorense, é com orgulho e emoção que reconheço a nobreza e dignidade do nosso Povo, que apesar de décadas de sofrimento e convivência com a pobreza, continua firme e com esperança, a trabalhar arduamente para o desenvolvimento da Nação.

Em conclusão, Senhoras e Senhores, não há desenvolvimento sem democracia. Mas também não há democracia sem desenvolvimento.

A democracia não é um fim, é um processo que habilita os povos a manterem o compromisso pelos valores e princípios da humanidade. Assim, a democracia não pode ser imposta. As sociedades e os povos terão sempre o momento mais exacto para aparecerem a defender os valores que constituem o fundamental dos seus direitos, individuais e colectivos.

Aconteceu no passado, está a acontecer no presente.

Não há modelos de democracia nem há modelos de desenvolvimento. Os valores é que são comuns e cada país e o seu povo é que saberão o caminho a percorrer!

São estes os valores que esperamos que os jovens diplomatas timorenses assimilem no processo de formação do Estado Timorense e que com a mesma determinação e firmeza com que os jovens de outrora defenderam a causa timorense pela liberdade, os de agora

defendam a causa da paz mundial nos palcos internacionais.

Kay Rala Xanana Gusmão

2 de Março de 2011